Mostra Científica
FACULDADE CATHEDRAL

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM BOA VISTA-RR: interesse social, segurança jurídica e planejamento territorial

Jamdérbia Tomaz Vasconcelos
Graduanda do curso de Bacharel em Direito da Faculdade Cathedral, Boa Vista-RR.
E-mail: janderbia@hotmail.com

Vilmar Antônio da Silva
Docente Dr. do Curso de Direito da Faculdade Cathedral, Boa Vista-RR.
E-mail: profvilmar@gmail.com

RESUMO
A expansão urbana desordenada em Boa Vista, associada à insuficiência de políticas habitacionais, tem intensificado as ocupações irregulares em Áreas de Preservação Permanente (APPs), ampliando os conflitos entre o direito à moradia e a proteção ambiental. Nesse contexto, destaca-se a alteração promovida pela Lei Complementar Municipal nº 25/2024, relacionada à flexibilização dos parâmetros urbanísticos e ambientais no município. O presente artigo tem como objetivo analisar a regularização fundiária em APPs em Boa Vista/RR, buscando identificar mecanismos capazes de harmonizar o interesse social, a segurança jurídica, o planejamento territorial e a preservação ambiental à luz da legislação vigente e dos princípios constitucionais. O estudo fundamenta-se teoricamente em autores como Pablo Stolze Gagliano, Édis Milaré, Paulo Affonso Leme Machado e José Afonso da Silva, especialmente quanto à função social da propriedade, ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à proporcionalidade na resolução de conflitos entre direitos fundamentais. A problemática da pesquisa consiste em compreender se a flexibilização normativa voltada à regularização fundiária em APPs é capaz de assegurar simultaneamente o direito à moradia adequada e a preservação ambiental. Ademais, referente aos aspectos metodológicos, trata-se de pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, método dedutivo e análise descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise legislativa, utilizando livros, artigos científicos, doutrinas e dados governamentais relacionados à realidade fundiária e ambiental de Roraima. Como bases de dados, foram utilizadas a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o Google Acadêmico e a Biblioteca Virtual da Faculdade Cathedral. Os resultados evidenciam que a ausência de planejamento urbano adequado e de políticas habitacionais efetivas intensifica a degradação ambiental, a insegurança jurídica e a vulnerabilidade socioambiental. Conclui-se que a regularização fundiária em Áreas de Preservação Permanente demanda atuação integrada do poder público e planejamento territorial sustentável, de modo a compatibilizar a proteção ambiental, a segurança jurídica e o direito fundamental à moradia, assegurando a função social da propriedade.

Palavras-chave: Regularização Fundiária. Políticas Habitacionais. Área de Preservação Permanente.